



PORTARIA N.º 1.131/2015

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**, **DESEMBARGADORA CEZARINETE ANGELIM**, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 16, II da Lei Complementar Estadual nº 221/2010 e no art. 51, I do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a aprovação da Resolução n. 190, de 17 de dezembro de 2014, do Tribunal Pleno Administrativo, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre para o sexênio 2015- 2020;

CONSIDERANDO o normativo supracitado destaca como objetivos estratégicos garantir acesso à justiça e qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias, e aumentar a eficiência operacional com implementação e adequação das rotinas judiciárias e administrativas;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar níveis aceitáveis de qualidade na prestação jurisdicional às partes e advogados, especialmente no que tange ao peticionamento eletrônico;

CONSIDERANDO que compete à equipe de fiscalização acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de instrumentos de controle da adequação dos serviços prestados,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Serviço de Atendimento e Suporte ao Peticionamento Eletrônico, vinculado à Equipe de Fiscalização do Contrato nº 12/2015, nomeada pela Portaria nº 818/2015, cujo objeto é a Prestação de Serviço de Automação do Judiciário – SAJ.

Art. 2º - O atendimento ao peticionamento eletrônico ficará disponível 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, e ocorrerá por intermédio do email



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

esajsuporte@tjac.jus.br, pelos telefones 3302-0362 / 3302-0363 / 3302-0365 / 3302-0366, e ainda diretamente junto à Equipe de Suporte, no Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Art. 3º - O serviço de atendimento funcionará durante o Plantão Judiciário, com atendimento pelo telefone institucional (068) 9989-1661, conforme Escala de Serviço elaborada pela Equipe de Fiscalização do Contrato, a ser divulgada conjuntamente com as Escalas de Plantão Jurisdicional.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Publique-se.

Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de novembro de 2015.

Desembargadora **Cezarinete Angelim**
Presidente